


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **1003168-85.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Aparecida Leonor Casale Gargarella e outros**  
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de correção monetária, devida sobre o saldo em depósito em caderneta de poupança, quando implementado os Planos Econômicos dos anos de 1989 e 1990.

O réu foi citado e contestou alegando, em síntese, a prescrição, a ilegitimidade passiva, a aplicação imediata de normas de ordem pública e a inexistência do direito adquirido à correção monetária.

Houve réplica.

É evidente a legitimidade passiva do banco porque é ele quem responde por ter creditado correção monetária inferior à devida, não havendo qualquer razão para o Banco Central do Brasil ser parte ou intervir no processo, falecendo competência à Justiça Federal para o julgamento desta ação. Assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (REsp 194490/SP, 4ª Turma do STJ, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, deram parcial provimento, v.u., j.25/10/1999).

Quanto à invocada prescrição da demanda ou mesmo em relação à correção monetária e juros, a matéria já está pacificada no sentido de que prescrição, *in casu*, é vintenária, não se aplicando a regra do artigo 205 e do artigo 206, § 3º, inciso III, do Código Civil ou do art. 178, § 10º, inciso III, do revogado Código Civil, vez que os juros se agregam mensalmente ao capital, perdendo a natureza jurídica de acessório (STJ AgRg no Ag 634850/SP rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, 4ª Turma 06.09.2005).

No caso em tela verifica-se que a distribuição da ação ocorreu em 02/03/2016, ou seja, há mais de vinte anos da data do aniversário da conta da conta poupança de titularidade do autor.

Além do que o autor não amealhou aos autos

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

qualquer elemento que comprovasse ter havido a interrupção do prazo prescricional, não tendo se desincumbido dessa sua obrigação conforme lhe tocava nos moldes do artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Isto posto, reconheço a prescrição da ação e **julgo extinto** o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**